

**PEQUENO EXPEDIENTE**  
(ABERTURA DA SESSÃO)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Invocando a proteção de Deus e em nome do povo de Mato Grosso, declaro aberta esta Sessão Extraordinária.

(PRIMEIRA PARTE – LEITURA DA ATA)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Convido o Deputado artilheiro Silvio Fávero para assumir a 1ª Secretaria e o Deputado Ulysses Moraes para assumir a 2ª Secretaria.

Peço ao Deputado Silvio Fávero para fazer a leitura do Expediente.

(O SR. DEPUTADO SILVIO FÁVERO ASSUME A 2ª SECRETARIA E PROCEDE À LEITURA DA ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 5 DE MAIO DE 2020, ÀS 14H47MIN.)

O SR. 2º SECRETÁRIO (SILVIO FÁVERO) – Seria isso, senhor Presidente, a ser lido.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Ok, Deputado Silvio Fávero, artilheiro. Obrigado pela leitura da Ata.

Após a leitura da Ata e não havendo nenhuma observação, eu a declaro aprovada.

(PRIMEIRA PARTE – EXPEDIENTE)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Peço para o Deputado Ulysses Moraes fazer a leitura do Expediente.

(O SR. DEPUTADO ULYSSES MORAES ASSUME A 2ª SECRETARIA.)

O SR. 2º SECRETÁRIO (ULYSSES MORAES) – Não há Expediente a ser lido, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Obrigado, Deputado.

(SEGUNDA PARTE – APRESENTAÇÃO DE PROPOSIÇÕES)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Eu gostaria de suprimir o Pequeno Expediente, aqueles Deputados que desistirem de falar no Pequeno Expediente, por favor, abaixem a mão. Os que continuarem insistindo... Eu vou ter que cumprir o Regimento e passar para eles. Ninguém? Apenas o Deputado Paulo Araújo está insistindo, Deputado Lúdio Cabral também.

Então, Deputado Paulo Araújo.

O SR. PAULO ARAÚJO – Boa noite, Presidente; boa noite, nobres Deputados. Só gostaria de pedir uma inversão de pauta, nobre Presidente, que pudesse pautar a Mensagem nº 50, de autoria do Poder Executivo.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Ok, vou atender o senhor. Deputado Lúdio Cabral.

O SR. LÚDIO CABRAL – Senhor Presidente, na verdade, é assim, quero fazer um questionamento em relação ao Projeto nº 365/2020, se o Líder do Governo pediu vistas do projeto?

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Não, o projeto não foi... Eu perguntei aqui, e me disseram que houve um acordo para retirar de pauta. Foi isso que me disseram.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
TRANSCRIÇÃO DA 13ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REMOTA DA 2ª SESSÃO  
LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 8 DE MAIO DE 2020, ÀS  
19H05MIN.

---

O SR. LÚDIO CABRAL – Ele foi apenas retirado da pauta, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Sim, sim, foi retirado.

O SR. LÚDIO CABRAL – Então, assim, eu queria fazer uma proposta de encaminhamento ao senhor.

A retirada da pauta, houve duas razões para isso acontecer: primeiro, da possibilidade de veto do governador, da possibilidade de veto, nós queremos evitar isso, porque o debate se estenderia por mais 15 dias, e o governador ainda poderia vetar; segundo, para aguardar até segunda-feira, que é quando a secretária de Educação assumiu o compromisso de encaminhar propostas para ajustar o projeto, o projeto ser votado e sancionado pelo governador.

Eu queria propor, senhor Presidente, que o senhor deixe convocada uma Sessão Extraordinária para segunda ou terça-feira, para a gente já votar em definitivo isso. Ou vota o projeto do acordo ou vota o nº 365, para a gente encerrar essa história e não ficar mais deixando os interinos nessa situação.

Ou aprova ou não aprova, e ponto final. Porque, se o Governo fosse sensível, nada disso estaria acontecendo.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Ok, Deputado Lúdio, eu concordo com o senhor. Acho que realmente essa proposta já era para ter vindo. Acho que segunda-feira é o prazo para que o Governo apresente uma proposta para nós. Deputado Wilson Santos, que está ajudando a intermediar isso, por favor, vê se traga uma proposta para nós até segunda-feira. Eu vou deixar, sim, a Sessão convocada.

Deputado Valdir Barranco.

O SR. VALDIR BARRANCO – Presidente, eu gostaria de insistir que esse projeto fosse pautado.

Olha, é uma vergonha o que o Governo está fazendo com a Assembleia Legislativa. Eu sei que o governador Mauro Mendes não gosta de Deputados, mas nós estamos sendo esculachados por este Governo.

Ele omitiu! O que nós estamos tentando corrigir é um ato de omissão do Governo. Eu quero que ele me apresente o ato que suspendeu os contratos desses professores interinos, não há um ato administrativo publicado. Ele fez de boca, a secretária fez de boca.

Nós estamos tentando consertar algo, que ele estava nem aí, se lixando com esses profissionais. São profissionais! Isso dói. Eu queria... (FALHA NA CONEXÃO)... Que já foi interino, Vossa Excelência, Deputado Wilson Santos, está deixando esses profissionais numa situação em que depois para voltar para a sala de aula não terão condições psicológicas mais.

Então, eu insisto que seja colocado na pauta, porque desde sempre... Depois, na terça-feira, ela foi obrigada a nos procurar, esteve aí, fez acordo, não cumpriu, nós estamos nos abaixando demais, e isso não é bom para o nosso Poder Legislativo.

Quero também, por uma questão de ordem, Presidente, informá-lo que sou membro suplente da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária. Como o Deputado João Batista está afastado, estou o substituindo, e há duas mensagens, a 51 e a 52, e já quero manifestar verbalmente que sou favorável na Comissão a essas duas mensagens, que fique consignado.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Deputado Thiago Silva, e encerramos as discussões.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
TRANSCRIÇÃO DA 13ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REMOTA DA 2ª SESSÃO  
LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 8 DE MAIO DE 2020, ÀS  
19H05MIN.

---

O SR. THIAGO SILVA – Senhor Presidente, mais uma vez só gostaria de reforçar também a minha preocupação quanto aos contratados. A gente, principalmente os Deputados da Comissão de Educação estamos sendo muito cobrados, estamos recebendo, acredito que por dia, 30 a 40 mensagens dos professores nos cobrando um posicionamento.

Eu quero mais uma vez aqui cumprimentar o Deputado Barranco pela iniciativa, mas também deixar, Deputado Barranco e colegas Deputados, a minha preocupação, para que nós possamos dar esse prazo até segunda-feira para que a secretária, o Governo do Estado possa apresentar essa sugestão, apresentar essa proposta.

A minha preocupação também é que nós aprovamos esse projeto hoje e depois ele seja vetado. Isso vai levar um prazo aí bem maior, e os nossos professores não vão ter o problema resolvido.

Então, eu gostaria de pedir para o meu amigo Deputado Valdir Barranco que a gente possa aguardar até segunda-feira, para que assim... Como a gente falou lá no início, o Deputado Lúdio falou agora, se a secretária não apresentar nenhuma proposta para que a gente possa apresentar um substitutivo ou chegar a um acordo, nós realizamos uma Sessão Extraordinária e tomamos a decisão para que nós possamos ajudar os nossos professores.

O Sr. Wilson Santos – Senhor Presidente, permite-me dois minutos?

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Deputado Wilson Santos, nós estamos no Pequeno Expediente.

O SR. WILSON SANTOS – Eu quero apresentar um projeto de lei, senhor Presidente.

Senhor Presidente, eu tenho acompanhado com os colegas Deputados essa questão dos professores. Muita preocupação, eu fui professor interino também, 1981 e 1982, fui professor interino e sei o drama que estão passando esses quase 2.400 professores, tenho recebido em meu celular muitas mensagens angustiadas de pessoas preocupadas, profissionais.

E como o entendimento ainda não aconteceu, senhor Presidente, e a secretária de Estado Marioneide Kliemaschewsk solicitou o prazo até segunda-feira, no final da tarde, para concluir uma conversa com o governador, que começou hoje, aliás, que teve continuidade hoje, eu quero apresentar um projeto de lei, senhor Presidente, no intuito de ajudar.

É o seguinte projeto: “O Poder Executivo deverá estabelecer provimento de renda emergencial no valor de R\$ 2.500 aos professores da categoria V do Estado de Mato Grosso, em virtude da situação de emergência no Estado em decorrência da pandemia do novo coronavírus.

O benefício de que trata será destinado aos professores da categoria V do Estado que exercem suas atividades e que tenham perdido sua fonte de renda em função da pandemia do coronavírus.

O valor mensal do benefício é de R\$ 2.500 por trabalhador ou trabalhadora, pago enquanto estiver vigente a situação de emergência no Estado de Mato Grosso em decorrência da covid-19.

Fica o Poder Executivo nos termos de regulamento devendo pagar o benefício de que trata o art. 1º, independente de renda familiar mensal ou renda familiar mensal per capita, com objetivo de repor parte da renda dos professores da categoria V que tenham cessado em virtude da total paralisia da atividade no Estado.

A validade e os efeitos desta Lei durarão enquanto estiver vigente o Decreto nº 424, de 25 de março de 2020, que declara a situação de calamidade no Estado de Mato Grosso em decorrência da pandemia citada.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**TRANSCRIÇÃO DA 13ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REMOTA DA 2ª SESSÃO**  
**LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 8 DE MAIO DE 2020, ÀS**  
**19H05MIN.**

---

As despesas decorrentes desta Lei terão dotação orçamentária própria dentro da Secretaria de Estado de Educação por meio do Gabinete de Situação.”

Então, senhor Presidente, para colaborar, porque eu entendo que esse assunto deva ser visto muito mais como uma questão de assistência social neste momento, os professores não podem ficar sem uma renda, nós garantiríamos essa renda durante a pandemia e, assim que eles fossem recontratados, haveria então a dedução gradual, mensal desse adiantamento.

É uma contribuição que deixo ao debate para ver se nós chegemos a alguma conclusão, senhor Presidente.

Muito obrigado.

(AS PROPOSIÇÕES APRESENTADAS NESTA SESSÃO ESTÃO DISPONÍVEIS EM:  
<https://www.al.mt.gov.br/parlamento/documentos/parlamentares?tipo=10&sslSessaoPlenaria=&sessaoPlenaria=&palavraChave=&dataIni=08/05/2020&numDocumento=&anoDocumento=&dataInicio=&dataFinal=&search=&page=3>)

**GRANDE EXPEDIENTE**  
(NÃO HOUE GRANDE EXPEDIENTE.)

**ORDEM DO DIA**

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Então, encerrado o Pequeno Expediente, vamos para a Ordem do Dia.

Projeto de Lei Complementar nº 24/2020, Mensagem nº 50/2020 (DE AUTORIA DO PODER EXECUTIVO, EM 1ª DISCUSSÃO), que altera e acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 4, de 15 de outubro de 1990, à Lei Complementar nº 80, de 14 de dezembro de 2000, à Lei Complementar nº 111/2002, à Lei Complementar nº 265, de 28 de dezembro de 2006, à Lei Complementar nº 226 (LEIA-SE “LEI COMPLEMENTAR Nº 266”), de 29 de dezembro de 2006, à Lei nº 8.405, de 27 de dezembro de 2005. Parecer favorável da Comissão Especial.

Em discussão...

O Sr. Ulysses Moraes – Para discutir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Para discutir, Deputado Ulysses Moraes.

O SR. ULYSSES MORAES – Presidente Eduardo Botelho, nobres colegas, estamos aqui hoje, sexta-feira, à noite, às 7h da noite. Cheguei agora há pouco do município de Sinop, vim única e exclusivamente para esta Sessão Extraordinária, que foi convocada no dia passado, ontem.

E me estranhou muito esta Sessão, Deputado Botelho. Inclusive, vou pedir que, para a discussão, sejam dez minutos, conforme Regimento.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Três minutos, Deputado. A Câmara Federal e o Senado copiaram inclusive de nós, o senhor sabia? Ligou aqui, concede três minutos a todos. São três minutos!

O SR. ULYSSES MORAES – Como o senhor usou uma parte agora, vou pedir que depois o senhor me dê mais um pouco. Mas, segundo o Regimento Interno, são dez minutos, que fique muito claro, e está sendo um momento de exceção, estamos vivendo tempos de exceção aqui.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
TRANSCRIÇÃO DA 13ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REMOTA DA 2ª SESSÃO  
LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 8 DE MAIO DE 2020, ÀS  
19H05MIN.

---

A Mensagem nº 50, Deputado Botelho, é a mensagem que traz aumento salarial. Então, aos colegas todos aqui que estão ouvindo, o governador do Estado mandou para esta Casa aumento salarial. Essa mensagem é muito parecida com a outra mensagem que veio para esta Casa também, que era a Mensagem nº 26/2020, que aumentava o percentual comissionado recebido por alguns servidores.

Agora, a Mensagem nº 50/2020, além de ela trazer novamente a previsão de aumento da remuneração dos presidentes de autarquias e fundações públicas, que passarão a ganhar de R\$ 9.300 para... Os salários vão para R\$ 18 mil, inova também no pagamento mensal de verbas de caráter indenizatório. Estamos falando de verba indenizatória para alguns cargos dentro da Procuradoria-Geral do Estado.

Essa mensagem vem num momento extremamente inoportuno para esta Casa aqui, Deputado Botelho, uma vez que, na mesma pauta, hoje nós temos um pedido de empréstimo com a justificativa pífia de que o Estado está passando por uma calamidade financeira.

Como é que no mesmo dia os Deputados vão votar a favor do empréstimo por conta de calamidade financeira e aqui, no mesmo dia, vão votar a favor de aumento salarial? Isso é inaceitável, Presidente. Não dá para aceitar, de maneira alguma, qualquer tipo de aumento salarial aqui agora.

Então, Presidente, lavo minhas mãos agora com sentimento de dever cumprido. E peço para que os colegas tenham sensibilidade neste momento agora. Os professores estão sem receber, fizeram reformas tributárias ano passado sufocando todos os setores, estão fechando empresas, pessoas estão sendo mandadas embora e funcionalismo público de alta cúpula do Governo do Estado está tendo reajuste.

Vossas Excelências não terão sensibilidade neste momento... (TEMPO ESGOTADO)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Mais um minuto para o Deputado concluir.

O SR. ULYSSES MORAES – Mais um minuto para eu concluir, por favor. Você usou um pouco do meu tempo.

Vossas Excelências não terão sensibilidade, votarão, aceitarão aumento? Estamos falando de aumento, e não é aumento pequeno, não. Aumento para alta cúpula, gente. Enquanto isso os nossos hospitais, Deputado Wilson Santos, pude verificar de perto, estão sem estrutura nenhuma.

Quero saber se o governador Mauro Mendes vai reformar, por exemplo, o antigo pronto-socorro, pelo menos o banheiro. Será que a esposa do governador Mauro Mendes tomaria banho no local onde os profissionais de saúde estão tomando? Mas, dinheiro para pagar reajuste da alta cúpula tem. Mas, para reformar aquele banheiro, não tem, Deputado Wilson Santos!

Peço aos colegas, por favor, sensibilidade. Sensibilidade neste momento agora. Vamos focar no que interessa, vamos focar no que é essencial. Aumento de salário de R\$ 9 mil para R\$ 18 mil é essencial para vocês? Vou pedir, Botelho, que Vossa Excelência faça contagem dos votos de maneira nominal.

A sociedade precisa... (TEMPO ESGOTADO)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Vou conceder o tempo que tomei do senhor. Mais um minuto.

O SR. ULYSSES MORAES – ...a sociedade, Presidente Botelho, Deputado Wilson Santos, os que estão aqui no plenário, precisa saber como está votando cada Deputado nesta Casa.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
TRANSCRIÇÃO DA 13ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REMOTA DA 2ª SESSÃO  
LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 8 DE MAIO DE 2020, ÀS  
19H05MIN.

---

É sexta-feira à noite, Deputado Wilson Santos. Será mesmo que é essencial, para que nós tivéssemos convocado uma Sessão Extraordinária, a votação desse projeto, ou será que isso é uma estratégia para fugir de uma norma federal que vem, agora, congelar os salários? Será que é uma estratégia de urgência para arrancar a alta cúpula (*sic*)?

Porque nós não estamos falando do baixo, não. Estamos falando da alta cúpula, estamos falando de salários altíssimos, alguns inclusive que extrapolam o teto constitucional. E, ao mesmo tempo, não se fala em aumento para saúde, não se fala em aumento para segurança pública.

Nós temos projetos de professores interinos que foram mandados embora. Quero saber qual vai ser a coerência dos colegas neste momento, Deputado... (TEMPO ESGOTADO)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Deputado Delegado Claudinei.

O SR. DELEGADO CLAUDINEI – Pois é, colegas Deputados, Presidente, “sextou”. E estamos aqui com mais um projeto polêmico nas nossas costas. Esse projeto, claro, além de aumentar o DGA, gratificação para cargos de confiança ou cargos de comissão, altera a Lei Complementar nº 111/2002, da Procuradoria-Geral do Estado, que regulamenta a organização da PGE. O art. 7º acrescenta os incisos IX e X ao art. 122.

O inciso IX aumenta em 15%, correspondente ao subsídio do procurador de classe especial. Esse procurador vai ter aumento de 15% sobre o salário na carreira especial, na classe especial. Esse procurador atua diretamente na secretaria da Casa Civil e gabinete do governador.

Inciso X aumenta também em 15% para um diretor de TI, também de acordo com o subsídio do procurador de classe especial, acredito que vai passar de R\$ 5 mil esse aumento.

O parágrafo primeiro é alterado também, aumentando para a diretoria-geral da PGE de acordo com o subsídio do procurador de classe E, que ficará responsável por ordenar as despesas do FUNJUS - Fundo de Aperfeiçoamento de Serviços Jurídicos da PGE. Então, cria mais uma bonificação, um aumento de mais de R\$ 5 mil.

Claro, não sou favorável a esse projeto, vou votar contra, porque nós temos lá um Projeto de Lei Complementar nº 39/2020, que pode ser sancionado, mas há a chance maior de ser vetado pelo presidente da República, e aí esse projeto de lei de auxílio aos estados e municípios vai deixar mais de 11 milhões de servidores públicos do Executivo, professores, profissionais da saúde, profissionais da segurança pública e outros servidores sem aumento salarial, sem direito à contagem de prazo e licença-prêmio, sem direito à promoção, sem direito à progressão na carreira.

São mais de 11 milhões de servidores que podem ficar um ano e meio, quase dois anos sem qualquer tipo de reposição salarial e outras restrições que serão impostas na carreira desses servidores. Então, não tem como a gente aprovar um projeto de aumento salarial nesta época.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Deputado Paulo Araújo.

O SR. PAULO ARAÚJO – Boa noite, nobres Deputados, Presidente, eu peço aqui uma sensibilidade muito grande, nobres Deputados, na avaliação dessa mensagem, que na verdade traz e corrige uma distorção que há muito tempo existe no serviço público.

Eu, por exemplo... Nós articulamos hoje o dia inteiro, Deputado Ulysses e Deputado Claudinei, e há uma emenda de Lideranças Partidárias para retirar desse projeto de lei, suprimir o artigo que trata dessa remuneração aos procuradores de Justiça.

O que nós temos que combater neste primeiro momento, neste momento de pandemia é justamente os altos salários. Nós discutimos o projeto do Ministério Público esta semana, gostaria de ter visto também o Deputado Ulysses na mesma intensidade que ele trata esse projeto no projeto do Ministério Público, mas não fez.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
TRANSCRIÇÃO DA 13ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REMOTA DA 2ª SESSÃO  
LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 8 DE MAIO DE 2020, ÀS  
19H05MIN.

---

O Ministério Público também trazia um projeto semelhante a este que nós estamos tratando hoje. Mas nós vamos tirar, Deputado Ulysses, esses altos salários, que são dos procuradores do Estado. Depois que nós aprovamos o projeto, há uma emenda que trata dessa supressão, suprimindo esse artigo.

E outra, cá pra nós, gente, Secretaria de Infraestrutura, a secretaria responsável no Estado de Mato Grosso por promover a estrutura necessária, as ações macro do Estado de Mato Grosso, quando ela foi fundida... Secretaria Secid com a Secretaria de Obras, foram retirados da estrutura dessa secretaria vários cargos de comissão, o que hoje impossibilita... Diante das várias demandas, inclusive de construção de pontes, de estrada e de várias demandas que são inclusive trazidas pelos Deputados pela estrutura ineficiente que tem.

Nada mais justo, nada mais justo do que dar essa condição de responsabilidade a esses servidores, que desempenham funções extremamente relevantes, de grande importância no Estado de Mato Grosso, e que, na sua grande maioria, pela lei, são servidores de carreira.

Nós estamos priorizando servidores de carreira ter um ganho razoável de acordo, com a compatibilidade que o cargo exige. Um pregoeiro, por exemplo, da Secretaria de Infraestrutura, que vai licitar mais de R\$ 1 bilhão em obra, com uma equipe deficitária, pelo amor de Deus, a gente tem que ter bom senso e dar condições para que esse servidor, que está em função de grande responsabilidade, possa ter um salário à altura.

Não estou falando de grandes salários não, estou falando de comissões que são pagas em cima dos salários dos servidores. E, com relação às adequações de implementação de salário, nada fora do que já é praticado, com exceção... (TEMPO ESGOTADO)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Bom, eu vou passar para o próximo.

Só fazendo um adendo em relação à colocação do Deputado Paulo Araújo, eu acho que o Paulo está correto nas emendas. Só volto a citar uma coisa, Paulo: eu não acho coerente quem é contra o projeto apresentar emenda.

Porque, se ele é contra, como que o Deputado Ulysses, por exemplo, vai apresentar uma emenda se ele é contra o projeto? Então, ele está sendo a favor, está emendando o projeto para ser aprovado. Ou estou errado? Então é essa a minha colocação. Eu acho que temos que manter essa coerência.

Deputado Thiago Silva.

O SR. THIAGO SILVA – Senhor Presidente, colegas Deputados, Deputada Janaina, eu quero aqui fazer algumas observações nesse projeto, primeiro, concordar com o Deputado Paulo Araújo, que sou contra essa questão dos procuradores, eu sou favorável a essa emenda, Paulo, você pode contar com meu apoio.

E eu vejo também que o projeto tem como objetivo corrigir algumas injustiças, principalmente dos servidores de carreira, eu quero citar aqui os dirigentes do Cefapro do Estado. Hoje, nós temos 15 Cefapros, que são centro de formação dos nossos professores.

É o caso aqui em Rondonópolis, temos aqui três cargos, que são ocupados por servidores de carreira, que são diretores, secretários e coordenadores. E não só em Rondonópolis, mas nos outros 15 Cefapros, nós estamos tendo aí uma resistência muito grande desses dirigentes, desses servidores de carreiras, porque nós não temos estímulo a mais para ficar à frente da formação. Somente aqui em Rondonópolis são em torno de 3 mil a 4 mil professores, o Cefapro atende não só Rondonópolis, mas toda a Região Sudeste aqui.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
TRANSCRIÇÃO DA 13ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REMOTA DA 2ª SESSÃO  
LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 8 DE MAIO DE 2020, ÀS  
19H05MIN.

---

E eu vejo mais do que justo que esse diretor do Cefapro, o coordenador, possa ter um adicional, possa ter uma compensação. Porque, se ele passou para ser professor e ele vai exercer uma função de direção, sem sombra de dúvida, ele tem que ter um adicional no seu salário.

Esse projeto também está fazendo essa correção, é uma demanda antiga, que os professores vêm nos cobrando. Desde o ano passado, quando assumimos a Comissão de Educação, vários diretores do Cefapro, que são servidores efetivos de todo o Estado, nos procuraram, e esse projeto vem com esse objetivo agora, de fazer essa correção para os nossos professores que estão à frente da direção desse Cefapro em todo o Estado de Mato Grosso, para que realmente eles possam ter um adicional no seu salário para estar na direção dessas unidades no nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Deputada Janaina Riva.

A SRª JANAINA RIVA – Quería engrossar o coro aqui. O meu colega Paulo Araújo e o meu colega Deputado Thiago Silva trazem realmente à tona o que o projeto verdadeiramente, no seu bojo, trata: a correção dessa distorção histórica. Uma preocupação do Governo com relação aos servidores efetivos, servidores concursados que ocupam cargo em comissão, o valor pago pelo Governo é um valor irrisório hoje.

E o que acontece é que a maioria dos servidores, como disse o Deputado Thiago, que vão exercer um cargo de diretoria, que é um cargo de muito maior responsabilidade, ou que vai ser um auditor, ou que vai ser um fiscal, nenhum dos servidores de carreira hoje querem ocupar essas funções, porque o valor pago é um valor muito abaixo do praticado, inclusive na Assembleia Legislativa, que nós pagamos 50%.

Imaginem vocês, o Governo, que paga hoje para os seus servidores um valor que é irrisório, o que faz com que ninguém queira assumir essa responsabilidade. Porque, depois, pode responder juridicamente por isso, e não tem um salário adequado sequer para fazer sua defesa.

Com relação aos procuradores, concordo com a proposta do Deputado Paulo Araújo, com o Presidente Botelho, com o Deputado Thiago, nós temos que retirar, mas nós podemos defender servidores em momentos quando o Governo apresenta projetos contrários a servidor e, quando o Governo apresenta projeto favorável ao servidor, votarmos contra também. Então, eu sou a favor da valorização do servidor público.

Esse discurso de que a máquina está pesada... A máquina realmente está pesada, mas não é para a maioria dos servidores públicos do Estado de Mato Grosso. Há muito servidor que recebe abaixo do que deveria receber.

Então, não tenho vergonha de fazer essa defesa. Faço isso corriqueiramente nos grupos de WhatsApp, defendendo servidor público. Porque estão demonizando servidores públicos mato-grossenses. “Ah, mas agora não é momento. Tem que apresentar depois”. Virão dois anos de congelamento. Não tem como apresentar depois.

Se sou a favor de não congelar segurança pública, professores, assistência social, profissionais da saúde, como eu vou votar contra servidor agora num projeto que o Governo apresenta, que vai trazer benefícios ao servidor?

Governador Mauro Mendes tem uma característica. Não sou sempre de ficar falando aqui disso, mas a característica dele é de ser um exímio gestor. Até não concordo com ele em muitas das maneiras e das medidas adotadas com relação ao funcionalismo público, que eu acho que precisa ter uma maior razoabilidade com quem carrega o Estado nas costas.

Mas, nesse caso, o governador está certo. As correções têm que ser feitas sim, servidor tem que ser valorizado.

Obrigada.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
TRANSCRIÇÃO DA 13ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REMOTA DA 2ª SESSÃO  
LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 8 DE MAIO DE 2020, ÀS  
19H05MIN.

---

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Vou chamar o próximo; mas, antes, dizer aqui que lamentavelmente, estou acabando de ver uma notícia, nós batemos um novo recorde aqui, infelizmente, 751 mortes hoje por coronavírus. Isso é realmente alarmante. E o número está aumentando, Wilson, tem que tomar cuidado.

Então, Deputado Lúdio Cabral.

O SR. LÚDIO CABRAL – Senhor Presidente, só um parêntese, eu estou preparando um estudo sobre os números da covid-19 aqui no Estado. Na segunda-feira, eu pretendo apresentá-los para que a gente possa ter condições de debater com mais consistência os rumos das medidas de isolamento social aqui em Mato Grosso. Não é hora de relaxar.

Em relação a essa...

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Lúdio, só fazendo também um parêntese, nós somos o Estado que está tendo menor número de casos e menor número de mortes. Graças a Deus. Pode voltar para o Deputado Lúdio.

O SR. LÚDIO CABRAL – Depois, eu vou pedir, senhor Presidente, que o senhor recupere uma parte do meu tempo.

Mas nós também somos o Estado com menor número de testes, viu? O segundo ou terceiro com menor número de testes. Então, os números oficiais aqui em Mato Grosso subdimensionam o problema que nós estamos enfrentando. Mas, na segunda-feira, eu vou tratar disso com profundidade técnica, com projeções, com análise dos números até aqui.

Em relação a essa proposta, primeiro, assim, ela altera cinco leis complementares. Ela produz mudança em cinco leis complementares e em uma lei ordinária. Portanto, ela trata de vários temas. São vários temas que ela aborda.

Alguns, nós precisamos analisar com profundidade; outros, nós precisamos rejeitar já sumariamente; e outros, precisamos aprimorar, talvez, incluir coisas que não estejam no conteúdo dessa proposta. Para isso, nós precisamos estudá-la com calma.

Quero aqui já dizer que há um erro no encaminhamento do Governo, porque ele encaminha a mensagem com pedido de regime de urgência constitucional, que é o artigo 41 da Constituição do Estado de Mato Grosso, e não cabe o regime de urgência constitucional para projetos de lei complementar.

Portanto, nós não podemos deixar essa matéria tramitar em regime de urgência, porque o pedido de urgência do Governo não respeita o dispositivo constitucional que ele mesmo cita ao encaminhar a mensagem.

Nós precisamos... Eu vou pedir vista do projeto, já quero adiantar aqui que vou pedir vista do projeto, e nós precisamos convocar o secretário de Planejamento e Gestão, convocar secretário da Casa Civil, secretário de Fazenda para debater o conteúdo dessa matéria.

Dizer que eu, assim, estou absolutamente revoltado com a decisão do Congresso Nacional de congelar remuneração de servidores públicos, por isso essa corrida sem sentido para poder aprovar algumas medidas, mas nós não podemos abrir mão de debater com serenidade, com profundidade e com consequência o conteúdo dessa proposta.

Há aspectos que são positivos aparentemente e há aspectos que são negativos, que precisam ser rejeitados ou modificados. Mas temos que analisá-los com profundidade... (TEMPO ESGOTADO)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Ok, concedo a vista ao Deputado Ulysses Moraes, ao Deputado Lúdio de 24 horas.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
TRANSCRIÇÃO DA 13ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REMOTA DA 2ª SESSÃO  
LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 8 DE MAIO DE 2020, ÀS  
19H05MIN.

---

Projeto de Lei nº 417/2020, Mensagem nº 51/2020 (DE AUTORIA DO PODER EXECUTIVO, EM 1ª DISCUSSÃO), que aprova, nas condições que especifica, os Convênios ICMS que arrola, celebrados no âmbito do Confaz. Parecer favorável da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária.

Limpa tudo aqui e vamos começar agora, limpa tudo a tela e vamos começar a discussão desse projeto.

Em discussão. Ninguém para discutir, então em votação. Os que aprovam o projeto permaneçam como estão. Quem for contra se manifeste. (PAUSA) Aprovado. Vai à 2ª votação.

Deputado Dilmar Dal Bosco, o senhor pediu pela Ordem, Deputado Dilmar?

O SR. DILMAR DAL BOSCO – Senhor Presidente, senhores Deputados.

Senhor Presidente, eu também gostaria... Já que pediram vista do projeto da Mensagem nº 50, também vou fazer um pedido a Vossa Excelência como Líder do Governo, eu já tinha conversado alguns assuntos com alguns Parlamentares aí, com o próprio Deputado Ulysses, não conversei com o Deputado Lúdio, mas conversei com vários colegas Deputados, também tenho algum pensamento na questão da mensagem do qual foi pedido vista, tinha levantado a mão e, já que pediram vista, vou pedir vista em conjunto.

Mas também gostaria de pedir a Vossa Excelência...

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Só uma correção, Deputado Dilmar. O único que pediu vista foi o Deputado Lúdio, o Deputado Ulysses abriu mão, porque entendeu que pode ser discutido até na próxima, e abriu mão. Deputado Lúdio é que pediu vista, tá? Só voltando para o senhor.

O SR. DILMAR DAL BOSCO – Eu vou pedir para o Deputado Lúdio se pode rever essa situação, até porque estamos construindo junto com vários colegas, eu já vi algumas emendas apresentadas ao projeto, que já mudam, modificam alguma coisa do teor da redação do projeto.

Eu também já sugeri algumas ideias. Já vi ideias da Deputada Janaina; do Deputado Paulo Araújo, Paulinho; do Silvio Fávero; do Avallone e do próprio... Conversei com o Deputado Ulysses também num teor que a gente precisa modificar nesse projeto de lei.

Gostaria que o Deputado Lúdio pudesse, aí, ter essa compreensão de a gente votar em primeira. Estudar junto, aí, hoje, amanhã, o dia inteiro para fazer o substitutivo, construtivo, a esse projeto de lei.

E já peço ao senhor, a Vossa Excelência, uma convocação também extraordinária de uma nova Sessão para amanhã, dando essas 24 horas desse projeto do qual foi sugerido vista, tá? Então, peço vista em conjunto se caso o Deputado Lúdio permanecer nisso. Gostaria que o Deputado Lúdio revisse essa situação da vista, ele que é servidor público.

Aí, na questão da própria PGE também sou contra, mas são três servidores só, o procurador, o procurador que está na Casa Civil e um diretor. Então, teria um custo elevadíssimo, de talvez R\$ 16 a 20 mil, de R\$ 15 mil, R\$ 12 mil a mais só na PGE.

Então, quero agradecer a Vossa Excelência aí, e já faço solicitação de uma Extraordinária para amanhã no mesmo horário das 24 horas da vista desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Ok, então vamos continuar... Se não for devolvido, eu convoco Sessão para amanhã à noite.

O projeto de lei em discussão agora é o nº 418/2020, Mensagem nº 52/2020 (DE AUTORIA DO PODER EXECUTIVO, EM 1ª DISCUSSÃO), que altera Lei nº 10.237, de 30 de

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
TRANSCRIÇÃO DA 13ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REMOTA DA 2ª SESSÃO  
LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 8 DE MAIO DE 2020, ÀS  
19H05MIN.

---

dezembro de 2014, que dispõe sobre a criação e o reajuste de taxas cobradas pelo Detran. Parecer favorável da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária.

Em discussão o Projeto de Lei nº 418, por favor. Deputados que queiram discutir se inscrevam para discutir esse projeto. Deputado Lúdio Cabral.

O SR. LÚDIO CABRAL – Bom, senhor Presidente, quero que o senhor registre em Ata que, na mensagem anterior, a 51, eu também havia levantado a mão aqui para fazer pedido de vista, viu? E o senhor não conseguiu, não conseguiu ler. Então, registro o meu voto por abstenção nessa primeira votação da Mensagem nº 51.

Em relação à Mensagem nº 52, é importante esclarecer que ela trata da isenção do pagamento de taxa de acesso... De assinatura mensal para credenciados de acesso aos sistemas informatizados do Detran referente ao mês de abril.

Portanto, como o mês de abril foi um mês em que houve isolamento social, suspensão das atividades de vários órgãos, não havia sentido em se cobrar essa assinatura mensal para credenciados acessarem o sistema informatizado do Detran. Então, a proposta é para dar essa isenção do pagamento dessa taxa nesse período.

Nós discutimos na CCJ, antes, o requerimento de dispensa de pauta da matéria e o Deputado Dilmar Dal Bosco chegou a sugerir a possibilidade de nós ampliarmos esse prazo. Não apenas para o mês de abril, mas talvez para o período de vigência do decreto de calamidade pública.

Então, assim, nós votaremos favoráveis à proposta, com essa possibilidade de, daqui até a segunda votação, nós ampliarmos esse prazo da isenção para o período de calamidade financeira.

Outra coisa, senhor Presidente, ainda em relação à Mensagem nº 50, eu não estou entendendo a razão desse desespero de querer votar em Sessão Extraordinária amanhã. É projeto de lei complementar, eu fiz aqui um encaminhamento para que nós convoquemos o secretário de Planejamento e Gestão na segunda ou na terça-feira, aqui na Assembleia, para discutirmos cada um dos aspectos desse projeto de lei antes de fazermos a votação. E eu vou manter o meu pedido de vista.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Ok, então encerrada a discussão desse projeto.

Vamos... Tire todo mundo, vamos para a votação do Projeto de Lei nº 418, que retira a cobrança de taxa do Detran durante o período da pandemia. Então, em votação. Os que forem favoráveis permaneçam como estão. Quem for contra se manifeste. (PAUSA) Não houve nenhuma manifestação, então aprovado, vai à 2ª votação.

(O SR. PRESIDENTE DIALOGA COM O PLENÁRIO.)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – ...ah, vai à 2ª votação!  
(O SR. PRESIDENTE DIALOGA COM O PLENÁRIO.)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – ...ok, então convoco para uma Sessão Ordinária amanhã, às 20h, para votar o Projeto de Lei Complementar nº 24/2020 e o Projeto de Lei nº 423/2020. A vista fica compartilhada para os Deputados Lúdio, Dilmar e Ulysses, e a Sessão está convocada para amanhã, às 20h.

Eu peço também para o Deputado Valdir Barranco se ele entender que possa colocar... Eu quero ouvir o Deputado Barranco, se ele insistir na colocação do projeto, amanhã a gente pode pôr, peço ao Deputado Barranco que se manifeste.

O SR. VALDIR BARRANCO – Presidente, atendendo ao pedido também do Deputado Thiago, nosso Vice-Presidente da Comissão de Educação, foi Presidente ano passado, fez

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
TRANSCRIÇÃO DA 13ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REMOTA DA 2ª SESSÃO  
LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 8 DE MAIO DE 2020, ÀS  
19H05MIN.

---

uma bela gestão. Então, deixemos para aguardar na segunda a proposta do Estado; e, na terça, nós colocamos em pauta então.

Só lembrar para o senhor, Deputado, que estou falando terça, Presidente, porque, na segunda, nós teremos a primeira reunião do Comitê de Avaliação da Covid.

Então, pode deixar fora da pauta.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Mas nós podemos convocar uma Sessão segunda à noite também, né, Deputado Barranco? (RISOS)

O SR. VALDIR BARRANCO – Lógico, é claro.

### **EXPLICAÇÃO PESSOAL**

O Sr. Wilson Santos – Explicações Pessoais, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Então, nós vamos para as Explicações Pessoais.

Os inscritos, Deputado... Eu vou passar, primeiro, para o Deputado Dr. João, Wilson, que já estava inscrito, então passo para você, tá?

Deputado Dr. João, (PAUSA) Deputado Dr. João, o senhor pediu para falar? Deputado Dr. João. Deputado Wilson Santos. (PAUSA) Deputado Dr. João, o senhor vai ainda falar, Deputado? Não, não, Deputado Wilson Santos.

O SR. WILSON SANTOS – Presidente, em tempos de pandemia, por incrível que pareça, a Assembleia tem produzido mais do que em tempos normais, a produtividade da Casa está surpreendendo.

Eu apresentei agora à noite dois projetos, com o mesmo teor, que favorecem os guias turísticos do nosso Estado e os professores interinos do nosso Estado. O setor do turismo talvez tenha sido o que mais sofreu o impacto da crise, hotéis sendo fechados, pousadas fechadas, demissões, férias antecipadas, um desespero total nesse segmento.

Só o grupo Hotéis Mato Grosso fechou três hotéis no Estado, o Hotel Pantanal, aqui o Hotel Mato Grosso, na Comandante Costa, e mais uma unidade aqui na Capital, três hotéis só do grupo. Chapada, as pousadas em crise, imagino Nobres, Pantanal, é o segmento que mais sofreu.

E aí, há centenas de guias turísticos, e o meu projeto propõe uma ajuda financeira emergencial, durante o vigor da pandemia, de um salário mínimo para cada guia turístico, para que possa superar essa etapa.

E o outro é para os professores interinos. Eu respeito o trabalho de vários Deputados da Casa, mas nós não podemos, querendo ajudar, atrapalhar. O projeto que tramita na Casa é completamente inconstitucional, ele fere a Constituição Federal, fere a Estadual no art. 39, parágrafo único, inciso II, alínea d de dado, no qual, ali, estão as prerrogativas exclusivas do senhor governador do Estado.

A Assembleia não tem poder de invadir a Constituição. Além disso, fere os artigos 16, 17 e 18 da Lei de Diretrizes e Bases, a LDB, de 96. Além disso, há uma decisão do Tribunal de Justiça já transitado e julgado. Nós não podemos empurrar a secretária de Estado de Educação para um ato de improbidade.

Ela fazer pagamento retroativo não pode, não existe. Ela vai perder direitos políticos, vai perder o cargo, vai ressarcir os cofres do Estado e vai ter bens bloqueados, é o que a improbidade dá.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
TRANSCRIÇÃO DA 13ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REMOTA DA 2ª SESSÃO  
LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 8 DE MAIO DE 2020, ÀS  
19H05MIN.

---

Nós não temos esse direito de aprovar uma lei inconstitucional, e empurrando para a parede uma secretária de Estado que não fez fortuna material na sua longa vida... (TEMPO ESGOTADO)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Mais dois minutos para o Deputado.

O SR. WILSON SANTOS – ...a grande fortuna da secretária Marioneide foi a dedicação exclusiva aos seus filhos, formando dois filhos médicos, uma figura extraordinária do serviço público, um quadro fantástico do serviço público.

Fez um serviço extraordinário aqui na Capital e agora no Estado, tanto na gestão do governador Pedro Taques, como agora na do Mauro Mendes Ferreira, e o que nós vamos fazer é que ela assine contratos com data retroativa.

O Ministério Público foi consultado sobre esse assunto e já alertou que não vai admitir. Vai entrar com ação civil pública por improbidade. Não vai admitir!

Então, eu proponho, enquanto não encontrarmos uma saída, que nós façamos uma ajuda emergencial a esses 2.400 professores interinos de R\$ 2.500 por mês enquanto durar a pandemia.

São dois projetos claros, a União tem feito isso, já gastou mais de R\$ 120 bilhões. O Estado vai receber mais de R\$ 1,2 bilhão para compensar suas perdas, nada impactante, e eu tenho certeza que essas duas categorias profissionais podem ser socorridas dessa forma, com grande trabalho da assistência social.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Ok. Deputada Janaina, vamos subir, vamos para a Chapada, Sônia já fez um bacalhau lá. (RISOS)

A SRª JANAINA RIVA – Ia falar agora com Vossa Excelência. Estou aqui em Rondonópolis, e hoje essa votação deu uma melada na noite de todos nós, Deputados; mas, como é missão nossa, nós temos que estar aqui.

Quero parabenizar todos os colegas que estão até agora conosco. Acabei, inclusive, de fazer uma reclamação com Vossa Excelência no grupo dos Deputados; porque, a todo momento, quem está presencialmente, o Dr. João me ligou... Caiu a minha conexão, quem está presencialmente acaba ocupando mais espaço na Sessão do que nós que estamos à distância.

Mas eu queria, senhor Presidente, dizer ao colega Deputado Wilson Santos que nutro a mesma admiração pela secretária Marioneide, tenho o maior respeito por ela; mas nós, todos os Deputados Estaduais, que estamos trabalhando num projeto alternativo aos professores com contratos temporários, estamos na verdade buscando dar legalidade para que a secretária possa fazer a contratação desses profissionais.

De forma alguma, nós queremos aqui prejudicar a secretária Marioneide, mas nós queremos dar ao Estado legalidade para que o Estado possa auxiliar os servidores temporários da educação. Isso é muito importante. Os servidores sequer, Deputado Wilson, receberam uma cesta básica até agora.

Imagine só, você que contribui todo ano, Vossa Excelência que foi professor temporário, não receber uma cesta básica para sua alimentação durante o período em que você não está recebendo o valor de contrato, porque não está havendo aula.

Então, acho que isso é uma questão mesmo de bom senso, eu acho que o Estado tem que ter esse desprendimento. Eu estou sempre aqui com o Estado. Falei com o secretário Mauro Carvalho, tenho votado com o Estado rotineiramente, tem me dado orgulho uma gestão em que não

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
TRANSCRIÇÃO DA 13ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REMOTA DA 2ª SESSÃO  
LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 8 DE MAIO DE 2020, ÀS  
19H05MIN.

---

se fala em corrupção, uma gestão em que ninguém ouve falar de denúncias e de escândalos. Mas, nessa situação dos professores, o nosso Governo está deixando a desejar.

Temos, sim, que dar um auxílio urgente a esses profissionais temporários. Queria deixar isso aqui mais uma vez registrado, Presidente Botelho, e dizer a Vossa Excelência que a Assembleia tem feito um verdadeiro enfrentamento à covid-19 de fato, com leis, com ações, com devolução de recurso. Sem dúvida, é a Assembleia que mais trabalha no Brasil, e tenho muito orgulho de ser colega de cada um dos Deputados que estão conosco até este momento.

Já chegamos quase às 8h da noite de sexta-feira. Daqui a pouco, se Deus quiser, estarei também em Chapada junto com Vossa Excelência. Não vou poder tomar um vinho, porque estou grávida.

Um abraço a todos vocês, colegas. Boa noite.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Deputado Lúdio Cabral.

O SR. LÚDIO CABRAL – Senhor Presidente, eu não poderia deixar de falar; porque, assim, vou ser muito sincero, eu não tenho esse costume, mas o Deputado Wilson Santos, sinceramente, me animava mais quando era da Oposição.

Porque, assim, argumentar com essa ênfase que o projeto que tramita aqui na Assembleia é um projeto inconstitucional é desconhecer todo o processo de debate pelo que ele passou. Ele foi construído na Comissão de Educação, passou pela Comissão de Educação, não sei se o senhor votou favorável ou contra. Foi votado em primeira votação por unanimidade, sem nenhum questionamento de constitucionalidade. Foi apreciado pela Comissão de Constituição e Justiça, que deu parecer favorável. Portanto, ele é constitucional. E nós só estamos aguardando a última votação, a votação final.

E estamos tendo todo cuidado possível para não esticar a corda demais para que ela não se arrebente. Porque, se arrebentar, a gente sabe quem vai sofrer, vai sofrer é o lado mais fraco, são os trabalhadores da educação.

Na reunião com a secretária, nós fizemos uma série de ponderações e colocamos caminhos para que o Estado oferecesse à Assembleia... Para que pudéssemos aprovar o projeto por unanimidade e ter o projeto sancionado para assegurar o direito aos trabalhadores da educação.

Esses trabalhadores não apareceram agora. Eles têm vínculo com o Estado há anos. E todo ano têm que percorrer essa via crucis da contagem de pontos, atribuição de aula, da assinatura de contratos, que é sempre retroativa.

Ela sempre é retroativa! Todos os trabalhadores começam a trabalhar sem ter o contrato assinado, e o vínculo já estava estabelecido no momento em que o Estado abre a atribuição das aulas a esses trabalhadores.

O senhor lembra muito bem, a secretária de Educação afirmou isso com todas as letras, todas as escolas sabem quem são os interinos que iriam começar a dar aula no dia 23.

Portanto, o ato de assinar o contrato é um ato burocrático, que o governador, por insensibilidade, se negou a fazer. Porque raciocina com a cabeça de patrão... (TEMPO ESGOTADO)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – É, só acrescentando à fala do Deputado Lúdio que nós não podemos negar que os Deputados estão tendo paciência, prudência e sensatez na espera de uma proposta, né? Isso aí tem sido muito... Os Deputados estão esperando essa proposta e vamos ver se chega até segunda-feira.

### ENCERRAMENTO DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Bom, então encerrando, eu quero retificar aqui que nós estamos convocando Sessão Extraordinária para amanhã, às 20h, para votar o Projeto de Lei nº 368/2020, do Profisco; o Projeto de Lei nº 417/2020, do ICMS do Confaz; o Projeto de Lei nº 418/2020, da taxa do Detran; o Projeto de Lei nº 423/2020, da Mesa Diretora, e o Projeto de Lei Complementar nº 24/2020, da estrutura de governo. Esse do projeto nº 365 vai ficar fora, aguardando, então, até segunda-feira.

Então, está convocada a Sessão para amanhã, e eu declaro encerrada esta Sessão.  
(LEVANTA-SE A SESSÃO.)

**(PARTICIPARAM DA SESSÃO OS SEGUINTE SENHORES DEPUTADOS: BLOCO ASSEMBLEIA FORTE - DILMAR DAL BOSCO, DR. JOÃO, EDUARDO BOTELHO, DR. GIMENEZ, PAULO ARAÚJO, SILVIO FÁVERO, ROMOALDO JÚNIOR, SEBASTIÃO REZENDE, THIAGO SILVA, XUXU DAL MOLIN, NININHO, ULYSSES MORAES, OSCAR BEZERRA, CARLOS AVALONE E WILSON SANTOS; BLOCO RESISTÊNCIA DEMOCRÁTICA - DELEGADO CLAUDINEI, JANAINA RIVA, ELIZEU NASCIMENTO, SARGENTO VIDAL, VALDIR BARRANCO E LÚDIO CABRAL; BLOCO PARLAMENTARES UNIDOS - MAX RUSSI E VALMIR MORETTO. DEIXOU DE PARTICIPAR O SEGUINTE SENHOR DEPUTADO: DR. EUGÊNIO.)**

Revisada por:  
- Solange Aparecida Barros Pereira.



SSL | ALMT  
Assembleia Legislativa